

**Contrato Interadministrativo de Colaboração nº 796/2019,
de 30/dezembro /2019**

Entre o Município de Sintra e a União de Freguesias de Sintra

Parque Intergeracional D. Afonso V – Portela de Sintra

Considerando que:

- O Município de Sintra pretende instalar um conjunto de parques intergeracionais no Concelho, indo ao encontro da satisfação das populações face à necessidade de tais equipamentos;
- O Município de Sintra dispõe de um Parque Infantil, na Praça D. Afonso V, Portela de Sintra;
- O parque infantil em causa carece de ser requalificado, não só quanto ao estado dos equipamentos, mas face às necessidades concretas das populações;
- A União de Freguesias solicitou a melhoria deste espaço para utilidade de toda a população, adaptado às novas formas de lazer e mobilidade dos seus utilizadores e tornar possível uma maior abrangência a todas as faixas etárias;
- A União de Freguesias de Sintra disponibilizou-se para ser parceira do Município na concretização do "*Parque Intergeracional*" de Sintra – Parque D. Afonso V;
- As valências do parque que permitem a sua qualificação como "*Parque Intergeracional*" radicam no facto de prever um parque infantil para os mais pequenos e uma zona de estadia de que os seniores de Sintra podem usufruir;
- O Município de Sintra, considera que a prossecução deste projeto, a concretizar em parceria com a União de Freguesias, se reveste de interesse e que em muito vai beneficiar a população de Sintra;

- A União de Freguesias de Sintra dispõe-se ainda a garantir a manutenção, vigilância e limpeza do parque;
- Atento o correspondente esforço financeiro e porque se trata de um equipamento de utilização coletiva a ser integrado no património do Município, a Câmara Municipal de Sintra não pode, nem deve ficar alheia à disponibilidade manifestada pela União de Freguesias;
- As relações de índole convencional entre o Município e a União de Freguesias, em cumprimento do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e atenta a natureza dos intervenientes, devem ser concretizadas através de um contrato interadministrativo;
- O contrato interadministrativo é entendido genericamente como aquele que é celebrado entre entidades administrativas, enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação;
- Os contratos interadministrativos, segundo a melhor doutrina, *"permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo atual"*;
- O presente contrato encontra-se subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exatamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto *"ponto de encontro de duas gestões públicas"*;
- Tanto o Município quanto a União de Freguesias, visam, no âmbito das respetivas atribuições, *"a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações"* em articulação recíproca;

- A concretização da obra e o garantir subsequente do funcionamento das instalações municipais do "Parque Intergeracional D. Afonso V" se reveste de relevante interesse municipal;
- O presente contrato deve ser acompanhado da transferência dos meios necessários à sua adequada concretização;
- A celebração do presente contrato interadministrativo pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, sob proposta dos respetivos órgãos executivos [alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º, alíneas m) e n) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro];
- No caso vertente, a Assembleia Municipal e a Assembleia da União de Freguesias de Sintra autorizaram a celebração do presente Contrato Interadministrativo de Colaboração nas suas reuniões de 25/09/2019 e 27/09/2019, respetivamente.

Entre:

O MUNICÍPIO DE SINTRA, pessoa coletiva de direito público n.º 500 051 062, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2710-501 Sintra, neste ato representado pela Senhora Dr.ª Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, ao abrigo da alínea iii), do n.º 2-A, do despacho de delegação de competências n.º 79-P/2017, de 16 de novembro, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Vereadora da Câmara Municipal de Sintra, identificada como **PRIMEIRO OUTORGANTE**.

e

A UNIÃO DE FREGUESIAS DE SINTRA, pessoa coletiva de direito público n.º 510840230, com sede na Rua Câmara Pestana, 29 A/B, 2710-546 Sintra, neste ato representada pelo Presidente de Junta de Freguesia, Senhor Manuel Fernando Alves Pereira, no uso das suas competências previstas nas alíneas a), f) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, identificado como **SEGUNDO OUTORGANTE**.



É livremente acordado de boa-fé, reduzido a escrito e reciprocamente aceite o presente Contrato Interadministrativo de Colaboração, adiante referido como "Contrato", que se rege pelas seguintes Cláusulas:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente contrato tem por objeto disciplinar a concretização da obra de construção do "Parque Intergeracional D. Afonso V", no âmbito territorial do Parque Urbano 25 de Abril de 1974, promovida pelo **Segundo Outorgante**, o qual atuará enquanto dono da obra, sob permissão do **Primeiro Outorgante**.

2 - O espaço destinado à construção do "Parque Intergeracional D. Afonso V" está sito na Praça D. Afonso V, Protela de Sintra, assinalado na planta em **Anexo I**.

3 - O presente contrato tem ainda por objeto disciplinar e regular o funcionamento, vigilância e limpeza do "Parque Intergeracional D. Afonso V", propriedade do **Primeiro Outorgante**, o qual é garantido pelo **Segundo Outorgante** com recursos humanos adequados ao fim em vista, incluindo as seguintes valências:

- a) Limpeza e vigilância das instalações do parque;
- b) Manutenção e vigilância do Parque Infantil;
- c) Manutenção e vigilância dos equipamentos;
- d) Desmatamentos, nos termos de indicação expressa dos serviços municipais competentes;
- e) Plantação progressiva de árvores e outras espécies, nos termos de indicação expressa pelos serviços municipais competentes;
- f) Manutenção das placas sinalizadoras.

4 - A titularidade do espaço não é transmitida ou onerada com a subscrição do presente contrato.

Cláusula 2.ª

Princípios

- 1 – A negociação, celebração, execução e cessação do presente contrato obedece aos princípios da subsidiariedade, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da necessidade e suficiência de recursos, bem como da boa administração.
- 2- Nas relações entre as partes contraentes vigoram os princípios da transparência, boa-fé, lealdade e cooperação, pautados por critérios de eficiência na prossecução do interesse público.

Cláusula 3.ª

Intangibilidade das atribuições

O presente contrato que visa tão só a colaboração entre as partes outorgantes não tendo o alcance de modificar, restringir ou excepcionar atribuições Municipais ou da União de Freguesias, legalmente fixadas.

CAPÍTULO II

Intervenção e recursos

Cláusula 4.ª

Concretização da Obra, Funcionamento e Intervenções no Parque

- 1 - O **Primeiro Outorgante** autoriza expressamente que o **Segundo Outorgante** utilize, a título gracioso, o espaço referido no n.º 2 da Cláusula Primeira e concretize a obra de construção do “Parque Intergeracional D. Afonso V”, atuando, enquanto dono da obra, no âmbito do procedimento de Empreitada de Obras Públicas, na fase pré-contratual, contratual e de execução do contrato até à receção provisória da obra, tendo o mesmo de decorrer obrigatoriamente nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
- 2 – Após a receção provisória da obra de construção do “Parque Intergeracional D. Afonso V”, por parte do **Segundo Outorgante**, a mesma considera-se, nos termos do presente contrato, como uma benfeitoria integrada no património do **Primeiro Outorgante**.

3 – A integração da benfeitoria referida no número anterior no património do Primeiro Outorgante não confere ao Segundo Outorgante direito a qualquer indemnização ou compensação.

4 – O pagamento de todas as despesas assumidas no âmbito da Empreitada da obra de construção do "Parque Intergeracional D. Afonso V", incumbe ao **Segundo Outorgante**.

5 – Face ao disposto no n.º 2 verifica-se, a partir da receção provisória da obra, nos termos do artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos, a cessão da posição contratual do **Segundo Outorgante** ao **Primeiro Outorgante** no âmbito do Contrato de Empreitada, incumbindo a este o eventual acionamento das garantias contratuais e a receção definitiva da obra.

6 - A prática de todos os atos necessários a assegurar o funcionamento do Parque e das instalações, equipamentos e espaços que o integram, a partir da receção provisória da obra, melhor concretizados no n.º 3 da Cláusula Primeira, por parte do **Segundo Outorgante** compreende, nomeadamente a vigilância e limpeza.

7 – A substituição de equipamentos e aparelhos pelos seus equivalentes, sempre que decorra a cargo do **Segundo Outorgante** deve ser objeto de prévia comunicação ao **Primeiro Outorgante**.

8 - A concretização pelo **Segundo Outorgante** de obras e intervenções no Parque que consubstanciem alterações substanciais, designadamente modelações de terreno ou introdução / remoção de elementos construtivos, deve ser objeto de prévio parecer obrigatório e vinculativo por parte do **Primeiro Outorgante**.

Cláusula 5.ª

Recursos

1 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza uma verba de 100.000,00 € (cem mil euros) como apoio à concretização da obra de construção do "Parque Intergeracional D. Afonso V" por parte do **Segundo Outorgante**.

2 – A verba referida no número anterior é disponibilizada no prazo de 5 dias úteis subsequentes comunicação da adjudicação da Empreitada de construção do Parque por parte do **Segundo Outorgante**.

3 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza, a partir da receção provisória da obra, uma verba anual de 8.205,00 € (oito mil duzentos e cinco euros) para apoio ao desenvolvimento das tarefas constantes do nº 3 da Cláusula Primeira por parte do **Segundo Outorgante**.

4 - O apoio previsto no número anterior destina-se a cobrir os custos com a manutenção e vigilância dos espaços que integram o Parque.

5 - No ano de 2019 a quantia referida no nº 3 é prestada somente a partir da receção provisória da obra, sendo reduzida proporcionalmente aos meses que mediarem entre esse ato e o fim do ano.

6 - Todas as transferências de meios financeiros por parte do **Primeiro Outorgante** estão condicionadas à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo em caso de indisponibilidade, lugar a qualquer indemnização ou compensação daí decorrente.

7- As transferências previstas nos n.ºs 3 a 5 encontram-se igualmente condicionadas ao cumprimento por parte do **Segundo Outorgante** das obrigações legais quanto à gestão do espaço, designadamente a celebração dos seguros obrigatórios.

CAPÍTULO III

Acompanhamento e controlo

Cláusula 6.ª

Acompanhamento e controlo

1 - O projeto do "Parque Intergeracional D. Afonso V" deve ser aprovado pelo **Primeiro Outorgante** na sequência de parecer dos serviços municipais competentes.

2 - A execução do presente contrato será acompanhada, de forma contínua, pelo **Primeiro Outorgante** que pode, a todo o tempo e sem pré-aviso, solicitar ao **Segundo Outorgante** documentos relativos à concreta aplicação dos apoios, bem como realizar vistorias ao local abrangido para verificação do cumprimento do presente contrato.

3 – A análise documental à aplicação dos apoios incumbe ao DAF – Departamento de Administração, Finanças e Património e as vistorias que haja necessidade de realizar são efetivadas pelo DEP – Departamento de Obras Municipais e Intervenção no Espaço Público.

4 – O acompanhamento e aconselhamento ao **Segundo Outorgante** relativamente, ao desenvolvimento das tarefas referidas nas alíneas d) e e) do n.º 3 da Cláusula Primeira, por parte do **Primeiro Outorgante**, incumbem à DGEV – Divisão de Gestão de Espaços Verdes.

CAPÍTULO IV

Vigência

Cláusula 7.ª

Entrada em vigor, período de vigência e denúncia

1 - O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva subscrição e:

- a) Quanto à concretização da obra de construção do "*Parque Intergeracional D. Afonso V*", vigora até à extinção dos efeitos da respetiva empreitada;
- b) Quanto ao funcionamento, vigilância e limpeza do "*Parque Intergeracional D. Afonso V*" tem a duração de quatro anos, podendo ser renovado automaticamente por períodos de um ano, num máximo de quatro anos.

2 - A denúncia do contrato, relativamente ao previsto na alínea b) do número anterior, pode operar mediante comunicação à contraparte com antecedência de 60 dias relativamente ao termo do período inicial de 4 anos ou relativamente a cada uma das renovações anuais subsequentes.

3 – A denúncia do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respetiva Autarquia.

4 – A denúncia é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

Cláusula 8.ª

Resolução

1 – As partes podem resolver o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 – A resolução do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respetiva Autarquia.

3 – A resolução é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

Cláusula 9.ª

Revogação

1 - O presente contrato é suscetível de revogação, fundamentada por razões de relevante interesse público, a qual deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respetiva Autarquia.

2 – A revogação é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Cláusula 10.ª

Ocorrências e Emergências

O **Segundo Outorgante** deve comunicar ao **Primeiro Outorgante** imediatamente, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente contrato.

Cláusula 11.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes e do especialmente disposto nas Cláusulas 7ª, 8ª e 9ª, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico, identificado neste contrato, a saber:

- a) Município de Sintra: presidencia@cm-sintra.pt
- b) União de Freguesias de Sintra: geral@uniaodasfreguesias-sintra.pt

2. Qualquer alteração das informações de contacto por via eletrónica constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte pela forma mais célere.

Cláusula 12.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

Cláusula 13.ª

Dúvidas e interpretação de lacunas resultantes deste Contrato

Em tudo o não estipulado aplicar-se-á o Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Código do Procedimento Administrativo e o Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.ª

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.ª

Publicitação

O presente Contrato é objeto de publicitação no *site* institucional do Município de Sintra e da União de Freguesias de Sintra, sem prejuízo da publicitação legal das deliberações dos órgãos do Município e União de Freguesias, prevista no artigo 56º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

--- A despesa global máxima estimada para este contrato no período de quatro anos é de 132.820,00 €, (cento e trinta e dois mil, oitocentos e vinte euros), que está cabimentada no orçamento municipal em vigor na classificação 01.02.00/08.05.01.02 e no plano 4/4.2.2019.166.9, cabimentos número 7419005955 e 7419005957, compromissos número 7819007145 e número 7819007146, que se anexam, CT 2019/19002428 e encontra-se autorizada pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por deliberação tomada na sua 4.ª Sessão Ordinária de 25 de setembro de 2019.

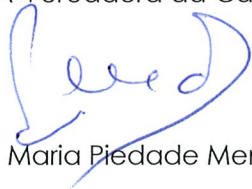
--- Os orçamentos de 2020, 2012, 2022 e de 2023 vão contemplar as restantes verbas nos termos dos compromissos anos futuros números 8819001011, 8819001012, 8819001013 e 88190001014 respetivamente, em anexo.

--- Este contrato face ao seu valor global, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei número 98/97, de 26 de agosto, com as alterações vigentes.

--- O presente Contrato vai ser assinado e rubricado pelas partes Outorgantes sendo constituído por quinze cláusulas, que declaram ter lido e a cujo cumprimento se obrigam reciprocamente, contendo catorze páginas e é lavrado em dois exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma delas.

Paços do Concelho, 30 de dezembro de 2019

Pelo Município de Sintra
A Vereadora da Câmara



Maria Piedade Mendes

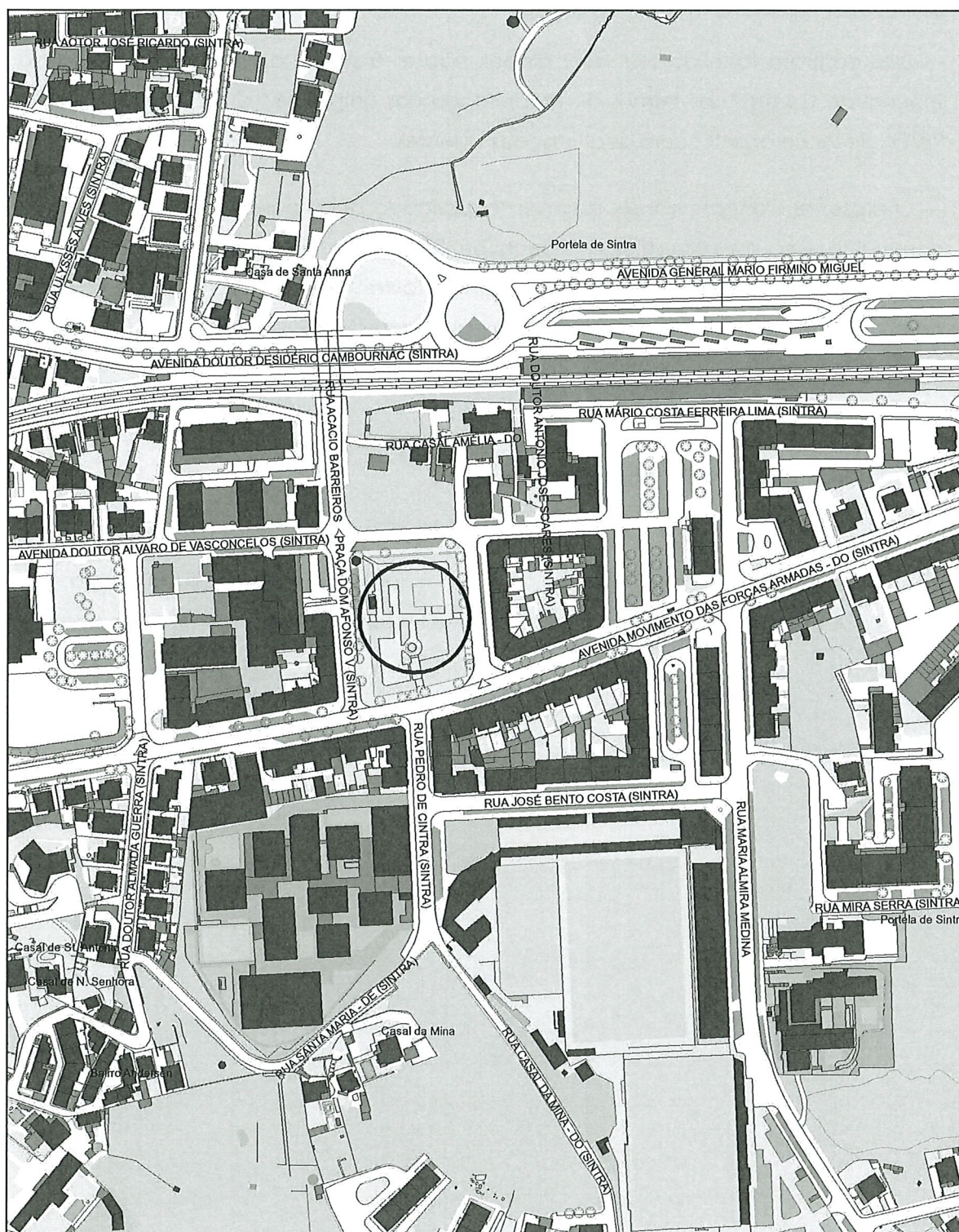
Pela União de Freguesias de Sintra
O Presidente da Junta de Freguesia



Fernando Pereira

Anexo I

Parque Intergeracional D. Afonso V



COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7819007145

Data: 07.10.2019

Data do último ajuste de valor: 07.10.2019

Regime contabilístico aplicável - POCAL

Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00

Descrição: CI - PARQUE INTERG. D. AFONSO V PORTELA DE SINTRA

Referência:

Serviço Requisitante: DQ

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica

01.02 Câmara Municipal

01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.08 Transferências de capital

D.08.05 Administração local

D.08.05.01 Continente

D.08.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções

4.2 Transferências entre Administrações

2019.166 Descentralização Verbas Freguesia

9 CI construção parques intergeracionai

Entidade/Fornecedor: 1000011407 UNIÃO DAS FREG. DE SINTRA STA
MARIA, S. MARTINHO E S. P. PENAFERR

Fundo: 18989

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500009300

Nº Cabimento: 7419005955 CI - PARQUE INTERG. D. AFONSO V PORTELA DE SINTRA

Nº Processo: CT-2019/19002428

Compr. Antigo:

Valor Cabimentado: 100.000,00

Valor Compromisso: 100.000,00

Saldo de Cabimento p/ Comprometer: 0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Total Compromissos 100.000,00

DATA IMPRESSÃO

07.10.2019

HORA IMPRESSÃO

14:42:27

UTILIZADOR

STSOUSA

Visto:

CARLA
ESMERALDA DA
SILVA RIBEIRO

DAF - Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra - Tel: 219236831 Fax: 219236840

dcco@cm-sintra.pt



COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7819007146

Data: 07.10.2019

Data do último ajuste de valor: 22.07.2019

Regime contabilístico aplicável - POCAL

Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00

Descrição: CI - PARQUE INTERG. D. AFONSO V PORTELA DE SINTRA

Referência: 2019

Serviço Requisitante: DQ

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica

01.02 Câmara Municipal

01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.04 Transferências correntes

D.04.05 Administração local

D.04.05.01 Continente

D.04.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções

4.2 Transferências entre Administrações

2019.166 Descentralização Verbas Freguesia

3 CI manut. parques e polidesportivos

Entidade/Fornecedor: 1000011407 UNIÃO DAS FREG. DE SINTRA STA
MARIA, S. MARTINHO E S. P. PENAFERR

Fundo: 18983

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500009301

Nº Cabimento: 7419005957 CI - PARQUE INTERG. D. AFONSO V PORTELA DE SINTRA

Nº Processo: CT-2019/19002428

Compr. Antigo:

Valor Cabimentado:	4.102,50
Valor Compromisso:	4.102,50
Saldo de Cabimento p/ Comprometer:	0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Ano	Documento	Montante
2020	8819001011	8.205,00
2021	8819001012	8.205,00
2022	8819001013	8.205,00
2023	8819001014	4.102,50

Total Compromissos	32.820,00
--------------------	-----------

DATA IMPRESSÃO

07.10.2019

HORA IMPRESSÃO

14:44:37

UTILIZADOR

STSOUSA

Visto:

CARLA
ESMERALDA DA
SILVA RIBEIRO

Assinatura eletrónica de
CARLA ESMERALDA DA SILVA
RIBEIRO
Data: 2019/10/11 14:44

____/____/____

DAF - Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra - Tel: 219236831 Fax: 219236840

dcco@cm-sintra.pt